

## Trotsky, Gramsci e a Teoria da Revolução Permanente<sup>1</sup>

### *Trotsky, Gramsci and the Theory of the Permanent Revolution*

José Eudes Baima Bezerra

*Universidade Estadual do Ceará (UECE)*

**Resumo:** O ensaio aborda as relações entre as ideias de Leon Trotsky e Antonio Gramsci, tomando como horizonte da análise a teoria da revolução permanente, elaborada pelo primeiro ao longo da experiência revolucionária dos anos que cobrem da primeira revolução russa, de 1905, aos eventos da virada dos anos de 1920 para os de 1930, notadamente o advento das revoluções de Fevereiro e Outubro de 1917, na Rússia. O resultado preliminar obtido do exame de alguns escritos fundamentais dos dois autores aponta para presença em ambos de uma compreensão não-formal e não-dogmática do processo histórico, mas mostra também que, apesar disso, as conclusões políticas dos dois são díspares em aspectos relevantes da luta revolucionária.

**Palavras-chave:** Leon Trotsky, Antonio Gramsci, Teoria da revolução permanente, Americanismo e fordismo.

**Abstract:** The essay addresses the relations between the ideas of Leon Trotsky and Antonio Gramsci, taking as a horizon of analysis the theory of permanent revolution, elaborated by the first of them during the revolutionary experience of the years that cover the first Russian revolution of 1905, to the events of the turn from the 1920s to the 1930s, notably the advent of the revolutions of February and October 1917, in Russia. The preliminary result obtained from the examination of some of the fundamental writings of the two authors points to the presence in both of a non-formal and non-dogmatic understanding of the historical process, but also shows that, despite this, their political conclusions are disparate in relevant aspects of the revolutionary struggle.

**Keywords:** Leon Trotsky, Antonio Gramsci, Theory of permanent revolution, Americanism and fordism.

---

<sup>1</sup> Este escrito é um extrato de um estudo originalmente realizado em cumprimento dos créditos da disciplina “Indivíduo e subjetividade em Gramsci”, ministrada pelo professor Erasmo Miessa Ruiz, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faced – UFC (doutorado).

<sup>3</sup> Em vida, Trotsky jamais concedeu a si mesmo o *status* de criador de um sistema teórico identificável com uma referência a seu nome.

## Introdução

**E**m 1929, Leon Trotsky, tomado em meio ao turbilhão de ataques ao “trotskismo”<sup>2</sup> desencadeado pela alta cúpula do Partido Comunista e do Estado soviéticos, decidiu que era a hora de expor de maneira sistemática (e polêmica) a tese que se tornara o principal objeto de seus adversários na luta contra as diversas manifestações opositoras na Internacional Comunista e no Partido Comunista russo: a teoria da revolução permanente.

A essa altura da luta política entre as frações do partido russo, não era suficiente encontrar na Oposição<sup>3</sup> reunida em torno de Trotsky erros episódicos e conjunturais. Do ponto de vista da fração de Stálin (a partir de 1927, unida à facção direitista de Bukharin), era necessário encontrar um elemento que desse um caráter contrarrevolucionário e antibolchevique atávico, primordial, irreduzível ao que então se chamava “trotskismo”. Era necessário expurgar Trotsky e seus amigos do Partido e da Internacional Comunista (IC) não por eventuais erros, mas por encarnarem uma concepção oposta ao marxismo e ao bolchevismo. Tratava-se de criar um anátema, um signo de infâmia que marcasse, *a priori*, toda e qualquer opinião que viesse real ou supostamente de Trotsky.

Essa infâmia essencial era a teoria da revolução permanente, tomada de Marx<sup>4</sup> e desenvolvida seguidamente: no balanço da primeira revolução russa (1905), no entendimento das revoluções de fevereiro e outubro de 1917 (em especial no que concerne à transição de fevereiro a outubro) e na avaliação da política de Stálin e da IC nos processos revolucionários abertos nos anos 1920. O anátema se opunha à “teoria do socialismo num só país”, concebida por Bukharin e proclamada por Stálin logo que Lênin morreu, em 1924, e que passou, desde então, a ser um dogma que dominou o conjunto da IC nos anos seguintes, até sua dissolução em 1943.

---

<sup>3</sup> A primeira Oposição se reuniu em torno de Trotsky à altura da morte de Lênin, em 1924, reivindicando o restabelecimento da democracia interna no PCUS. Na ocasião, Trotsky escreveria: “*O Partido deve se sobrepor a seu próprio aparelho dirigente sem deixar de ser uma organização centralizada*”. No curso dos anos 1920, com a “decretação” do “socialismo num só país”, os acontecimentos da Revolução Chinesa malograda e da greve geral inglesa de 1927, fatos que tiveram o concurso não desprezível da fração de Stálin, à cabeça da Internacional Comunista, uma nova Oposição se reagrupou em torno de Trotsky, Zinoviev e Kamenev na base de um programa muito mais largo que ia às raízes da política de Stálin, portanto, abordando todos os aspectos relevantes da vida soviética e da política da Internacional. Esta Oposição, em que pesem a capitulação de Zinoviev e Kamenev a Stálin nos anos que se seguiram, esteve na origem da Oposição de Esquerda Internacional e da IV Internacional.

<sup>4</sup> Cf. Mensagem da Direcção Central à Liga dos Comunistas, de 1850 In: Marx; Engels (1982).

Nesse mesmo período, Antonio Gramsci, preso em 1926 pelo regime fascista de Mussolini, fazia, a seu modo, o balanço político da derrota da revolução italiana. Não é o objetivo deste artigo verificar a incidência da orientação da Internacional Comunista, antes e depois de Lênin, na orientação do PC Italiano no período da imensa derrota do proletariado que ocasionou a subida e, depois, a consolidação do fascismo ao poder. Não se pode deixar, entretanto, de registrar que as reflexões de Gramsci, sobretudo na prisão, decorrem dos problemas da revolução italiana derrotada pela reação fascista. As razões da derrota vão levar Gramsci a uma reflexão que ultrapassam em muito as questões imediatas da luta política. São justamente os problemas históricos largos, do cotidiano das massas às suas relações com as elites italianas, da formação dos intelectuais à constituição de uma consciência superior do proletariado, da cultura às questões educacionais e escolares, que estarão na base da tentativa de entender os fatos aparentemente brutos e caóticos que marcaram a Itália do tempo de Gramsci que entrarão na formação de um universo conceitual ainda hoje controverso em sua riqueza: revolução passiva, hegemonia, bloco histórico, ou ainda sua original transposição da ciência da guerra para o mundo da luta de classes com as noções de guerra de posição e guerra de movimento. O que importa notar aqui, porém, é que essa complexa síntese teórica decorre da preocupação concreta em entender as determinações do desenvolvimento político das lutas de classes na Itália dos anos 1920, das quais o autor foi testemunha e protagonista.

Como se pode ver, a produção intelectual e militante dos dois homens coincidem no tempo, mas não de forma fortuita. O tempo de Trotsky é o tempo de Gramsci. Tempo histórico, se é possível dizê-lo sem redundância. Não seria absurdo, portanto, buscar nos textos produzidos pelos autores neste período, a saber, a virada dos anos 20 para os 30, aproximações em suas preocupações, nem seria inútil tentar identificar, na produção de ambos, respostas afinadas ou discrepantes diante das questões da luta de classes da época. Tarefa relevante para a atualidade se, como este leitor incipiente pensa, vivemos ainda o largo interregno histórico aberto pela Revolução de Outubro, de um lado, e, de outro, pela época do imperialismo, cujo advento Lênin (1978) assinalou como o início de toda uma época na história humana.

Este artigo, entretanto, tem limites muito estreitos: busca detectar as proximidades e distâncias entre o Gramsci de *Americanismo e Fordismo*, tema desenvolvido a partir de 1929, e sintetizado com esse título em famoso texto de 1934, e o Trotsky de *A Revolução Permanente*, escrito em 1929, texto síntese de um tema que se encarna na trajetória militante do autor desde 1905 e cujos desenvolvimentos alimentarão sua produção da maturidade, se

sintetizando no *Programa de Transição*, documento fundacional da IV Internacional, adotado em 1938.

A questão que parece imediata e visivelmente comum entre os dois textos é o problema da transição para o socialismo em sociedades, a russa e a italiana, cujas burguesias tinham sido incapazes de se emancipar de suas raízes feudais e aristocráticas, com a persistência de uma realidade em que o advento da democracia parlamentar republicana não se realizou em absoluto até 1917, como na Rússia, ou não se realizou plenamente, como na Itália. Ou seja, onde a revolução burguesa (como na Itália da Unificação) pouco ultrapassou o pórtico do regime liberal-burguês, por assim dizer, e não deu conta das tarefas democráticas elementares, ou, como na Rússia, onde a insurreição contra o czarismo não ocorreu senão em fevereiro de 1917.

Isto, entretanto, num quadro de constituição do mercado mundial, que não esperou pelo cumprimento da etapa democrática na Rússia e na Itália para submeter estes países à lógica do capital imperialista, abarcando-os na dinâmica capitalista internacional e impondo-lhes as forças produtivas mais desenvolvidas no solo ainda cultivado com o arado de tração humana.

Não é esta a questão de fundo de uma teoria revolucionária no capitalismo do século XX, em países como a Rússia e, de outro modo, a Itália, tão rasgada de contradições como a convivência entre o Norte industrial e o Sul agrário? Não é esse o tema da revolução permanente? Não é sobre a incapacidade da burguesia italiana de se colocar “à altura do século”, das exigências da mais moderna técnica produtiva que versa *Americanismo e Fordismo*? Os dois textos não tratam justamente do lugar da classe operária em face desta realidade contraditória?

### Trotsky e a teoria da revolução permanente

Trotsky se referiu pela primeira vez à revolução permanente em seu balanço da revolução russa de 1905, em *Balanço e Perspectivas* (que integrava a obra *Nossa Revolução*) e num conjunto de artigos polêmicos publicados durante a reação russa, entre 1906 e 1910 e enfileirados entre nós no volume intitulado *A Revolução de 1905* (TROTSKY, s/d), como no artigo *Nossas Diferenças*.

Na Introdução de *A Revolução Permanente*, Trotsky nota que:

Entre os sociais-democratas da época<sup>5</sup> (trazíamos todos, então, o nome de sociais-democratas), ninguém duvidava de que marchávamos

<sup>5</sup> Trotsky se refere ao ano de 1905 e ao de reação período que lhe sucedeu.

precisamente para uma revolução burguesa, isto é, para uma revolução provocada pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista e as anacrônicas relações de classe e de condições legadas pela época da servidão e da Idade média (TROTSKY, 1985, p. 18).

Segundo Trotsky, não estavam nesse diagnóstico as diferenças entre sua opinião e aquelas defendidas pelos mencheviques e pelos bolcheviques<sup>6</sup>. Toda a questão se concentrava em se esse caráter burguês da revolução daria lugar à burguesia ou ao proletariado como classe que tomaria para si a realização das tarefas da revolução democrática e sob que forma tomaria, então, a relação entre as classes. Para Trotsky (1985, p. 19), era este o ponto de partida para todos as questões importantes da estratégia.

Imediatamente aos acontecimentos de 1905, Trotsky escreveria:

No que diz respeito às suas tarefas diretas e indiretas, a revolução russa é uma revolução “burguesa” porque se propõe a libertar a sociedade burguesa dos grilhões do absolutismo e da propriedade feudal. Mas a principal força condutora da revolução russa é a classe operária e por isso é uma revolução proletária no que diz respeito a seu método (TROTSKY, 1985, p. 66).

Na concepção de Trotsky, o caráter burguês da revolução (isto é, de suas tarefas democrático-burguesas) não resultava em que a burguesia seria obrigatoriamente hegemônica no curso dos acontecimentos. A coincidência parcial de objetivos entre burguesia, proletariado urbano e campesinato não significava necessariamente a cessão por parte destes últimos do poder resultante da revolução à primeira. Para ele, no curso mesmo da luta, em parte comum, se desenvolvia uma luta entre as classes que se opunham ao czarismo pela hegemonia no processo revolucionário, luta cujo desenlace não estava dado por nenhuma norma escolástica ou dogmática.

Este desenlace estava completamente subordinado à capacidade de cada uma das classes de responder de forma radical, ou seja, de maneira conseqüente às demandas situadas na base do processo revolucionário.

Sob outro (e, para Trotsky, decisivo) ângulo, esta questão não poderia ser abordada senão à luz dos desenvolvimentos do capitalismo que, há muito, deixara de se deter no terreno nacional e, já no início do século passado, se lançava a uma divisão do trabalho internacional que acarretava uma repartição do globo entre os poucos capitalismos dominantes, ditando um desenvolvimento que, em cada país, sobretudo naqueles

---

<sup>6</sup> As duas principais facções em que se dividia o Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR) em princípios do século XX. Trotsky se manteve equidistante das facções, até 1917, quando se tornou bolchevique.

subordinados às maiores potências, retirava das burguesias locais o que ainda lhes restava de autonomia nacional, atrelando-as, tanto à modernidade mais alta quanto à sobrevivência de modalidades atrasadas de sociabilidade, conforme o interesse da potência capitalista dominante. Na Rússia de então, por exemplo, o ardor anticzarista da burguesia era mediado diretamente pelo interesse do capital britânico no enfraquecimento ou não do regime czarista, bem como seu sentimento progressista e industrial, que também oscilava de acordo com as necessidades de mercado do grande pai inglês. Isso para não falar dos laços sociais que prendiam esta burguesia à oligarquia rural, pedra fundamental da persistência anacrônica do czarismo.

Por tudo isso, Trotsky considerava que o velho esquema teórico do marxismo russo, defendido de forma acabada pelos mencheviques (incluindo os mais prestigiados marxistas da aurora do movimento operário russo, como Plekhanov e MártoV), uma construção puramente lógico-formal, incapaz de integrar os desenvolvimentos mundiais e nacionais do capitalismo. Este esquema deduzia do caráter democrático da revolução russa o papel dirigente da burguesia, encarregada, por direito natural, de conduzir a construção da república democrática.

Assim, para estes marxistas, a Rússia estava condenada a repetir as etapas que *grosso modo* marcaram a passagem do feudalismo ao capitalismo nos países da Europa Ocidental<sup>7</sup>. A constituição do mercado mundial, o advento da divisão internacional do trabalho, a emergência do imperialismo, cuja manifestação se afirmava com a I Grande Guerra, o lugar subordinado das burguesias dos países atrasados e as consequências disso para o desenvolvimento do modo de produção capitalista nesses países, bem como a situação complexa, brutalmente contraditória deste desenvolvimento, não entrava na elaboração teórica do menchevismo. Eis porque Trotsky enxergava nesse gênero de marxismo uma atitude “escolástica e dogmática”, impermeável ao desenrolar concreto da realidade mundial e preso a um modelo nacional justamente por importar acriticamente e formalmente a experiência histórica de outros países. Um internacionalismo abstrato que, como veremos adiante, seria retomado pela fração Stálin em outras circunstâncias, mas com o mesmo resultado de ficar preso ao marco nacional. Com efeito, no artigo *Nossas Diferenças*, Trotsky criticava mencheviques e bolcheviques, acerca da revolução de 1905, nos seguintes termos:

Enquanto os mencheviques, partindo da noção abstrata de que “nossa revolução é uma revolução burguesa”, chegam à idéia de que o

---

<sup>7</sup> Esta visão não é estranha ao debate teórico brasileiro, devido à posição de muitas décadas do PCB acerca da revolução brasileira.

proletariado deve adaptar todas as suas táticas ao comportamento da burguesia liberal (...) os bolcheviques partem de uma noção igualmente abstrata – “ditadura democrática”, não ditadura socialista – e chegam à idéia de um proletariado de posse de um poder estatal que se impõe a si mesmo uma limitação democrática burguesa (TROTSKY, 1985, p. 317).

Essa crítica era válida mesmo se Trotsky, 24 anos depois da primeira revolução russa, reconhecesse que Lênin formulava o problema já do ponto de vista das tarefas políticas das classes em luta (TROTSKY, 1985, p.19)<sup>8</sup>. Assim, Lênin não podia conceber a revolução democrática (isto é, a derrocada do czarismo) desassociada da revolução agrária que sacudisse radicalmente a estrutura latifundiária em que se apoiava fundamentalmente o regime autocrático. Portanto, para Lênin, tomando o problema desta maneira, também não estava resolvido por “repetição histórica” a questão de em que mãos o poder político cairia no decurso da revolução. Lênin sintetizava sua fórmula de maneira, segundo Trotsky, algébrica com a palavra-de-ordem “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, sem resolver diante mão qual das classes seria hegemônica no processo.

De qualquer forma, Lênin se afastava da posição dominante no marxismo de então, privilegiando o desenvolvimento concreto da situação em detrimento da petrificação de uma fórmula teórica. Não assumia, bem entendido, o prognóstico de Trotsky sobre o caráter permanente da revolução, ou seja, dos processos de transição entre revolução democrática e revolução proletária que se operavam, para este, não numa linha de tempo, mas como momentos de um mesmo processo revolucionário.

Assim, para Trotsky, a revolução de 1905 era o prólogo dos acontecimentos que viriam a se suceder 12 anos depois, mesmo que separados por uma década da mais rigorosa reação, que praticamente impediu a manifestação legal do movimento operário e camponês. O fevereiro e o outubro de 1917 e o riquíssimo interlúdio entre estes meses vieram a demonstrar que a reação vitoriosa era apenas uma imagem aparente que escondia sob si um profundo movimento revolucionário que nunca deixou de se desenvolver e que se ligou à crise de monta internacional a que a Grande Guerra deu corpo. Seguindo o raciocínio de Trotsky, o triunfo episódico da reação no pós-1905 não resolvera nada, nem do ponto de vista das tarefas da revolução democrática, nem do ponto de vista da relação entre as classes emergentes. A próxima crise certamente recolocaria todos esses problemas e a luta de classes direta seria de novo a arena onde as velhas controvérsias teóricas seriam postas à prova.

---

<sup>8</sup> Numa nota às Nossas Diferenças, Trotsky lembrava que a autolimitação do proletariado no poder nunca se concretizou pois “sob a liderança do camarada Lênin os bolcheviques mudaram sua linha política nessa importante questão (não sem luta interna) na primavera de 1917, isto é, antes da tomada do poder”.

Não havia em Trotsky nenhum evolucionismo ou fatalismo. Daí, ser para ele tão decisivo e prioritário o lugar da luta teórica acerca da natureza da revolução. Uma atitude teórica justa seria imprescindível para abordar a real situação social e política, uma vez que se tratava de responder subjetivamente, pela organização, à realidade objetiva, momentos concebidos numa totalidade. Toda a questão era: a ação consciente, premeditada do partido teria legitimação na realidade, ou seja, na natureza concreta da revolução russa?

### **De fevereiro a outubro: a teoria da revolução permanente submetida à prova dos fatos**

Não há tempo nem espaço aqui para se voltar à análise das revoluções russas de fevereiro e de outubro de 1917. É necessário, entretanto, fazer referência às relações entre estes acontecimentos e a teoria de Trotsky, depois sistematizadas na obra de 1929.

O fevereiro russo emergiu como uma revolução democrática típica, no que concerne ao programa levantado pelas massas em luta. Desencadeada em 8 de março (fevereiro pelo calendário juliano) pela tradicional e, normalmente, pouco notável manifestação do Dia das Mulheres, a revolução de fevereiro exigia centralmente o fim do regime autocrático, o estabelecimento das liberdades democráticas, a retirada da Rússia da guerra e a distribuição de terra aos camponeses. O aparentemente sólido regime dos czares desabou como um castelo de areia denunciando a frágil base social em que se assentava então. A emergência da economia urbana e industrial, a sujeição econômica do campo à cidade, mesmo que a população rural fosse imensamente maior do que a urbana, erodiu a base social de existência da monarquia e do regime de semi-servidão que persistia. Ao contrário de outras monarquias ocidentais, o czar da Rússia fora incapaz de posicionar o czarismo no quadro de um regime parlamentar que expressasse uma nova aliança de classes onde a burguesia russa pudesse exercer politicamente sua hegemonia econômica.

De outro lado, porém, o desabamento inusitadamente fácil da monarquia desvelou a incapacidade da burguesia de oferecer nos anos precedentes, sobretudo na revolução de 1905, uma alternativa de poder político próprio. Na verdade, a burguesia russa amparava seu domínio material no próprio regime czarista que lhe impedia de exercer politicamente sua hegemonia. Sua debilidade econômica em face do capital estrangeiro, que lhe franqueava entrada no mercado mundial, se refletia na incapacidade de constituir uma representação própria no campo político e, assim, se candidatar decisivamente à condução da derrubada do regime czarista e à edificação da república democrática. Seu único partido relevante, os Democratas Constitucionalistas (Cadetes), desempenhou em fevereiro o papel

de tentar, até o fim, firmar um acordo com o czar que preservasse a existência do czarismo como regime constitucional.

De outra parte, os partidos operários e camponeses, mencheviques e socialistas-revolucionários, em particular os primeiros, em função de sua filiação formal ao marxismo, mantinham-se aferrados ao esquema escolástico das etapas obrigatórias da revolução. Os seguidos governos provisórios que se formaram até outubro davam vida ao esquema menchevique da etapa democrática que deveria erigir um regime liberal burguês sob a direção, é claro, da burguesia liberal. Com efeito, o primeiro governo provisório terá a presidência do Príncipe Lvov com a participação dos partidos de esquerda, que atuam como ala operária do regime democrático, com exceção dos bolcheviques que relutam, antes da chegada de Lênin do exterior, em abril, entre o apoio e a independência em face do governo.

O esquema etapista chega a ponto de, não havendo disposição da burguesia de conduzir seu próprio governo, os partidos menchevique e socialista-revolucionário assumirem eles mesmos a condução do governo burguês, passando a burguesia à condição de uma sombra no gabinete.

Com efeito, os seguidos gabinetes constituídos até outubro, mesmo sob direção dos partidos menchevique e socialista-revolucionário, expressarão todas as insuficiências da burguesia para instalar o regime burguês democrático, com reforma agrária, retirada da Rússia da guerra, reorganização da economia, enfim, com o atendimento das reivindicações que estiveram na base da derrubada do czar em fevereiro. O desenvolvimento histórico debelava por si só os esquemas que separavam mecanicamente as tarefas democráticas das socialistas, que separavam de forma lógica a luta contra a autocracia da luta contra a burguesia. Mas ao mesmo tempo, demonstrava a incapacidade do socialismo menchevique de romper com a burguesia, tornando sua a impossibilidade desta de romper com o essencial do legado do czarismo, ou seja, de resolver as reivindicações democráticas.

As Teses de Abril, difundidas por Lênin registram esta realidade e parecem aproximar as opiniões deste das teses de Trotsky. Nas Teses de Abril, depois de criticar os que “repetem estupidamente as fórmulas decoradas”, ele afirma:

A “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” já se realizou na revolução russa, porque essa “fórmula” mais não prevê mais do que a relação entre as classes, e não uma instituição política determinada materializando essa relação, essa colaboração. “O soviete dos deputados operários e soldados”: tal é a “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” já realizada pela vida. (LÊNIN, 1990, p. 28, sublinhados de Lênin).

Curiosamente, por essa formulação, em que Lênin, recusa, em face da experiência concreta, uma etapa intermediária democrático-burguesa, ele será acusado, como depois Trotsky pelos stalinistas, de saltar por cima da revolução democrática e, nela, sobretudo, de subestimar o lugar do campesinato e da revolução agrária (Idem, p. 32). Isso porque os soviets, de maioria agrária por essa época, era (mesmo os socialistas moderados, que então o hegemonizavam, podiam vê-lo) um órgão de tipo comuna, de natureza proletária e que se candidatava ao poder contra o poder burguês, se relacionando com ele, ao fim e ao cabo, de forma mutuamente exclusiva. O surgimento dos soviets, na origem, de natureza marcadamente espontânea, indicava a hora da revolução proletária surgida das entranhas mesmas da revolução democrática, negando-a e incorporando-a numa síntese mais alta, se alimentando do ideário democrático, mas anunciando a sua transposição num regime para além da democracia parlamentar.

No decurso dos anos revolucionários, Trotsky considerava que a vida tinha suplantado as diferenças acerca da revolução permanente, cuja validade teórica parecia consagrada por Outubro. No princípio dos anos de 1920, a luta de Lênin e da III Internacional contra o esquerdismo<sup>9</sup> não suscitou, por exemplo, nenhuma identificação deste último com a teoria da revolução permanente. Ao contrário, Trotsky tomou parte ativa na luta contra os “comunistas de esquerda”, entre eles Bordiga (de polémica relação tanto com Trotsky quanto com Gramsci), que haviam “limado” do programa revolucionário as tarefas democráticas e a frente única. Aí também, o tema central da teoria de Trotsky, a saber, a dialética entre as tarefas democráticas e nacionais e as tarefas socialistas, tomadas como totalidade, sob a égide do mercado mundial, se situava no extremo oposto da noção reducionista e mecânica do “comunismo de esquerda”.

Mas a luta contra as concepções esquerdistas, da qual Gramsci toma parte de forma destacada, parecia episódica, uma correção de um desvio isolado, ainda que extremamente importante, no quadro da experiência da revolução russa e da luta contra o fascismo italiano que iniciava sua ascensão. A ninguém ocorria, ali pelo início dos anos 1920, identificar a teoria da revolução permanente com as posições dos esquerdistas italianos<sup>10</sup>.

### **Revolução permanente ou socialismo num só país**

<sup>9</sup> Cf. O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo (LENIN, 1989).

<sup>10</sup> Diga-se de passagem, o esquerdismo do grupo de Bordiga, que depois de romper com o PCI passou a se chamar “Prometeu”, impediu qualquer aproximação com a Oposição de Esquerda animada por Trotsky, no que pese seguidos pedidos de adesão por parte dos italianos (Cf. TROTSKY, 1997, T. I, V. 4, p. 901).

A luta entre Trotsky e Stálin frequentemente tem sugerido uma luta entre o realista Stálin e o voluntarista Trotsky. De fato, o decorrer dos anos demonstrou que o stalinismo desempenhou papel nuclear na liquidação das conquistas de Outubro. Antes de mais nada, esteve na base da destruição das relações jurídicas estabelecidas na base da coletivização dos meios de produção, da planificação da economia e do monopólio do comércio exterior na URSS e, guardadas dessemelhanças, nos países do Leste.

Em 1929, porém, uma caracterização do stalinismo não tinha ainda elementos suficientes para ser sintetizada de forma duradoura. Trotsky mesmo é prudente na hora de caracterizar o grupo de Stálin. Prefere uma fórmula mais ou menos aberta, partindo da origem de classe da nascente burocracia soviética e tentando captar o processo de burocratização em seu movimento, com os dados que dispunha no momento. Assim, para ele, o grupo de Stálin tem origem na classe operária, mas não abstratamente: é produto preciso de uma classe operária russa que, chegada ao poder, vê seus efetivos se reduzirem violentamente como produto da Grande Guerra, da guerra civil, da fome, das dificuldades do “comunismo de guerra”, do recuo forçado da Nova Política Econômica (NEP), da ascensão do “kulak” e do “nepman”<sup>11</sup> e de todas as consequências desses eventos na existência do Partido e do Estado, bem como da Internacional. Stálin, em suma, era um produto não-necessário da classe e da revolução nas condições de isolamento e refluxo a que a URSS e sua classe operária se viram submetidas no marco da derrota da revolução na Alemanha, na Itália, etc.<sup>12</sup>

Politicamente, a fração Stálin praticará uma política, conforme Trotsky, de zig-zag, submissão ao nacionalismo chinês em 1926-27, terceiro período ultraesquerdista em 1928, o qual desaguará na divisão da classe operária alemã em 1932-33 e na ascensão de Hitler. Trotsky definirá a nascente burocracia stalinista como uma corrente centrista, oscilando entre os interesses da revolução e da contrarrevolução, mas como um centrismo burocrático, voltado para a cristalização de sua própria posição à cabeça do Estado Soviético.

De fato, a tese do socialismo num só país, se tem politicamente um resultado direitista, que leva a que os Partidos da IC subordinem sua atividade aos interesses da diplomacia soviética, se baseia fundamentalmente numa atitude voluntarista, fundada numa ruptura abstrata, ou mesmo imaginária com o mercado mundial e com suas determinações.

---

<sup>11</sup> “Kulak” é o termo russo que designa o camponês abastado. “Nepmen”, ou homens da NEP era como se chamavam os comerciantes enriquecidos com o comércio legal ou clandestino, principalmente de produtos agrícolas, na época da “Nova Política Econômica”.

<sup>12</sup> Trotsky caracterizará a burocracia como um acidente histórico e não como uma etapa necessária da revolução.

Para Trotsky, assim como para Gramsci, a industrialização é a “força motriz da civilização moderna”, sendo, por isso mesmo, “o único fundamento possível do socialismo” (TROTSKY, 1985, p. 3). Mais ainda, Trotsky, retomando Marx, pensa que a transformação socialista procede exatamente da economia mundial, no âmbito da qual as forças produtivas, impulsionadas pela potência industrial, já haviam ultrapassado as fronteiras nacionais.

Num certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é apenas a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais até então tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, estas relações transformam-se em entraves. (MARX, 1983, p. 24)

A inviabilidade do capitalismo em nossa época consiste justamente no fato de que a opressão das forças produtivas nos limites das atuais relações de produção se expressarem nos limites nacionais impostos pela própria competitividade interimperialista. Trotsky pensa que o socialismo resultaria na liberação das forças produtivas das relações sociais que não mais as comportam, como dos próprios limites impostos pelas fronteiras nacionais.

Assim, a ideia de um socialismo nacional, como solução duradoura, ou mais ainda, como um princípio, se fosse possível, resultaria num recuo das forças produtivas para aquém da internacionalização que sofreram no âmbito do próprio sistema capitalista. Para Trotsky, se partiria de um internacionalismo abstrato para chegar num socialismo nacional utópico e reacionário (TROTSKY, 1985, p. 4). Ele parte de uma concepção complexa, e nisso, como Marx, é inteiramente hegeliano. Polemizando com Stálin que, em relação à atividade do PC Norte-americano, sugeria que o capitalismo ianque não era mais do que um prolongamento dos traços gerais do capitalismo mundial, Trotsky assinalará:

(...) as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial. Essa originalidade pode determinar a estratégia revolucionária por longos anos (...) Seria de todo errôneo basear a atividade dos partidos comunistas em alguns “traços gerais”, isto é num tipo-modelo abstrato de capitalismo nacional.(...) Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama economia mundial e que serve, afinal de contas, de base para o internacionalismo dos partidos comunistas. (Idem, p. 5)

Para Trotsky as originalidades nacionais não são um mero prolongamento de grandes e modelares leis gerais, mas elementos de uma unidade maior, o mercado mundial, ou de uma combinação, para usar o termo caro ao autor, que, de outro lado, se desenvolve desigualmente, em ritmos ditados pelas próprias características do ambiente nacional.

Assim, a originalidade nacional não pode ser entendida simplesmente como materialização do mercado mundial, mas como sua expressão peculiar, original que, ao mesmo tempo, o concretiza.

Aqui duas questões se destacam. Primeiro, Trotsky recusa a ideia de um mercado mundial cuja existência ditaria “de fora” o desenvolvimento nacional, como explica Stálin. Nesse caso, há uma flagrante contradição entre a assertiva de Stálin e sua própria concepção de um socialismo autônomo na Rússia, independente da economia mundial. Para Trotsky o *diktat* da economia mundial se expressa na própria formação nacional, como originalidade, como desigualdade que se insere na unidade do mercado internacional. Há, portanto, que abordar os problemas nacionais como momento rico de determinações que se eleva concretamente ao âmbito da realidade internacional. Tomar as linhas gerais do mercado mundial como suficientes, ou se limitar à existência empírica da realidade nacional implica permanecer na abstração. Assinalo essa importante identidade com a preocupação gramsciana de apreensão da originalidade italiana, não como realidade autossuficiente, mas como momento da economia mundial, embora desigual na unidade. A discussão acerca do lugar da burguesia italiana em face da industrialização e do fordismo me parece exemplar desta tentativa de captar a contradição.

O segundo elemento é a recusa de qualquer ruptura puramente voluntarista com o mercado mundial. Veja-se a passagem de A Revolução Permanente que se segue:

A força da economia soviética reside na nacionalização dos meios de produção e no fato de que são administrados segundo um plano. O ponto fraco da economia soviética, sem contar o atraso herdado do passado, reside no isolamento presente, consequência de Outubro; isso significa que ela não pode aproveitar os recursos da economia mundial, nem de acordo com os princípios socialistas, nem mesmo de acordo com os princípios capitalistas. (Idem, p. 11)

Mas essa recusa ao voluntarismo não o leva a uma conclusão conservadora e imobilista. Sua conclusão aponta para o desenvolvimento de uma política revolucionária de caráter internacionalista, assinalando que as crises da economia da URSS só recolocam o fato de que o surto de desenvolvimento das forças produtivas no âmbito da economia planificada não pode se deter no limite nacional, mas só podem se harmonizar de forma socialista na arena internacional. De forma que as soluções tomadas sob pânico, que pretendem ultrapassar por decreto as relações capitalistas de produção em todos os campos, como a coletivização forçada do início dos anos 30, se constituiria numa *aventura* que ameaçaria a aliança entre o operário e o camponês.

Assim, a teoria da revolução permanente parte do fato de que o desenvolvimento nacional, àquela altura do século XX, não poderia ser tomado independentemente do mercado mundial, como realidade autônoma, que repetiria os passos exemplares do desenvolvimento capitalista em outros países, em outra época e em outras condições da economia capitalista mundial.

Disso resulta que, tal como a personalidade bizarra em Gramsci, países inseridos de forma atrasada no mercado mundial, cujas burguesias não puderam acessá-lo senão pelas mãos das burguesias dos países centrais (imperialistas), compõem uma unidade desigual de elementos da última palavra em técnica produtiva e de condições de existência pré-capitalistas, de alta produtividade industrial (ainda que concentrada) e vida agrícola semifeudal, de governos atrelados aos grandes blocos mundiais e tributários de regimes políticos que não conhecem as liberdades e direitos democráticos elementares e, sobretudo, de burguesias que ocupam seu lugar na divisão internacional do trabalho mas que não podem tomar em suas mãos a tarefa de realizar a república democrática.

Nessas condições, as tarefas do proletariado não podem desassociar a conquista da república democrática da construção do socialismo, momentos distintos, mas que formam uma unidade dialética, onde, para assegurar a democracia é preciso superá-la na ditadura do proletariado.

Com efeito, a expressão “revolução permanente” foi tomada de Proudhon por Marx para abordar a luta pela unificação alemã no final dos anos de 1840. Tratando da luta democrática a que o proletariado estava chamado naquele contexto, Marx, em *Sobre a Questão Judaica*, coloca as coisas assim:

*A emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui. (...) nos momentos em que está particularmente autoconfiante, a vida política procura esmagar seu pressuposto, a sociedade burguesa e seus elementos, e constituir-se como a vida real e sem contradição do gênero humano. No entanto, ela só consegue fazer isso caindo em contradição *violenta* com suas próprias precondições de vida, isto é, declarando a revolução como *permanente* [...] (MARX, 2001, p. 41-42, itálicos no original).

Para Marx, a emancipação política, não representando a “forma final da emancipação humana”, seria a culminância dessa emancipação nos limites da ordem social vigente. Por isso mesmo, representava um “enorme progresso”. Por que? Porque a própria vida política visa a “abafar seus pressupostos (a sociedade civil e seus elementos), de modo que lograr esse “enorme progresso” só seria possível “através da contradição *violenta* com

as próprias contradições da existência”. Dito de outra forma, a luta política democrática, no contexto da sociedade burguesa, é, sem esgotar seu conteúdo, forma da luta de classes pois permite que elas se enfrentem num processo em que a conversão do Estado em “genuína e harmoniosa vida genérica do homem” não pode se dar senão pelo enfretamento violento de suas próprias contradições, inclusive de sua própria existência como Estado das classes dominantes.

A revolução no âmbito nacional que toma as medidas radicalmente democráticas, portanto transbordando-as na construção do socialismo, não se completa senão no transbordamento das fronteiras nacionais, não negando idealisticamente o mercado mundial ou decretando a coletivização por cima da necessidade da superação da antiga ordem inclusive no campo cultural, mas pela extensão da revolução, pelo menos, aos países decisivos na economia mundial.

É na retomada dessa concepção de Marx que, resumidamente, consiste a permanência na revolução na visão de Trotsky. Uma teoria que busca captar a dialética do movimento que torna inseparável a luta democrática e a perspectiva da ditadura do proletariado, a edificação do estado operário nacional e a extensão da revolução mundial, a reeducação socialista do povo e a constituição das bases materiais para o salto ao novo regime.

### **O artigo Utopia (1918) de Gramsci e a revolução permanente**

Em 1918, em polêmica aberta com o evolucionismo dominante no Partido Socialista Italiano (PSI), Gramsci publica no *Avanti!*<sup>13</sup> um artigo intitulado Utopia. A pedra de toque deste artigo coincide notoriamente com o que Trotsky tematiza em seus escritos sobre a natureza da revolução russa. A seu modo, Gramsci também se insurgia contra o esquematismo fatalista que dissociava as condições objetivas das condições subjetivas, sujeitando estas àquelas de forma dogmática e imobilista, produzindo um espírito expectante e conservador.

É verdade que falta ao Gramsci desse momento uma explicitação mais clara da relação entre condições objetivas e subjetivas, preocupação tão presente na exposição de Trotsky, sempre atento contra as tentações unilaterais do subjetivismo e do voluntarismo. Mas, como lembra Secco (2006, p. 27) a visão de Gramsci denota então um viés apenas supostamente idealista ao se opor ao fatalismo do PSI. Ainda segundo este autor, é por

---

<sup>13</sup> Órgão do Partido Socialista Italiano (PSI) no qual Gramsci colaborou antes da ruptura que deu origem ao Partido Comunista (PCI).

considerar que as condições objetivas estavam dadas para a revolução na Rússia que ele “desloca o acento das determinações materiais para as espirituais”. Não há como não lembrar da concepção de Trotsky n’*A Revolução Permanente*, ainda que, uma vez mais, Gramsci não se ocupe neste período, de procurar o cerne da dialética objetividade e subjetividade na dialética da economia mundial e da economia nacional, como insistia o fundador do Exército Vermelho:

- Mas realmente acreditais que a Rússia esteja madura para uma revolução socialista? – objetaram-me muitas vezes os Stálin, Rykov (...) Sempre respondi: não, não creio. Contudo, a economia mundial e a economia europeia em particular estão perfeitamente maduras para esta revolução. (TROTSKY, 1985, p.21)

O essencial, contudo, é que Gramsci recusava a ditadura das condições objetivas tomadas como ente separado da consciência e da ação premeditada dos sujeitos revolucionários. Aparentemente percebia no cientificismo mecânico da socialdemocracia de então um pretexto para não encetar a luta revolucionária. É nesse espírito, nota Secco (op. cit., pp. 26-27) que Gramsci intitulará um de seus artigos no *Avanti!*, se referindo à Revolução de Outubro e à ousadia do bolchevismo, *A Revolução contra O Capital*.

Em Utopia esta concepção está bastante desenvolvida:

Na história, a quantidade (estrutura econômica) torna-se qualidade porque se torna instrumento de ação na mão dos homens, dos homens que não contam apenas por seu peso, por sua estatura, pela energia mecânica que podem desenvolver a partir de seus músculos e nervos, mas contam sobretudo porque são espírito, na medida em que sofrem, compreendem, gozam, querem ou negam (...) Afirmar, sem mediações, que as Constituições políticas dependem da estrutura econômica, etc., não é um fato doutrinário, mas sim a tentativa de criar uma certa mentalidade que dirija a ação mais numa direção do que em outra. (GRAMSCI, 2004, pp. 201-202)

A citação revela a tentativa do autor de encontrar a articulação dialética entre subjetividade e objetividade. Sem negar a determinação das “estruturas econômicas”, Gramsci não pode entendê-las sem ver nelas entranhada a mediação humana. Por outro lado, o comunista sardo indica claramente a quem serve a dissociação entre as condições objetivas (também concebidas na dissociação entre a realidade econômica mundial e a situação nacional) e subjetivas: à prostração mística em face dessa força poderosa e exterior ao homem, que partido algum pode remover, a estrutura econômica capitalista que, independente de nossa vontade, se conserva e, só por si mesma, um dia, colocará na ordem-do-dia sua própria ultrapassagem. É claro que Gramsci aqui sai em defesa da

Revolução Russa, de sua ousadia em desafiar as “condições objetivas”, de sua legitimidade histórica.

Gramsci recusa categoricamente a imputação a Lênin e aos bolcheviques de utopismo. Para ele uma tal acusação só poderia decorrer da aplicação ao fenômeno russo de esquemas genéricos abstratos. Aqui a recusa de Trotsky à justaposição abstrata entre economia mundial e economia nacional, tomada simplesmente como decorrência lógica da primeira, sua percepção de que a economia nacional realiza de forma original e desigual a realidade mundial, parece em convergência com a visão de Gramsci.

Para Gramsci, assim como para Lênin e Trotsky, num dado momento é a Grande Guerra que sintetiza as relações dialéticas entre o nacional e o mundial. Contraditoriamente é a guerra que empurra a Rússia para um nível de concentração econômica ao nível dos países avançados, realizando na indústria armamentista, nas trincheiras e nos quartéis a concentração operária que a vida econômica pacífica (ou não) proporcionou nos países centrais. À sua maneira, a Rússia, atolada ainda na herança feudal, se coloca, por esta via travessa, à altura do século XX e seu proletariado se eleva, também contraditoriamente, à altura do proletariado europeu.

Não se pode deixar de ver aí a interpretação gramsciana da lei do desenvolvimento desigual e combinado, pedra angular da teoria da revolução permanente. É nestas condições que o proletariado se reconhece como classe, saltando, entre 1905 e 1917, as décadas que custaram ao proletariado europeu, em outra época, para que se reconhecesse como classe para si.

O imponderável da variável humana se impôs no quadro original das condições objetivas, conformado justamente pelas condições excepcionais da guerra, que manifestava brutalmente a passagem do período progressivo do capitalismo para a estagnação das forças produtivas contorcidas no quadro das relações de produção vigentes. A variável humana se intromete na forma de um proletariado numeroso e concentrado, reunido em organizações partidárias e sindicais, mas sobretudo nos órgãos de poder popular dos soviets, numa Rússia que não conhecera ainda a democracia parlamentar, mas que era chamada já a ultrapassá-la. No dizer de Trotsky, a Rússia não suprimiu a etapa democrática, mas a viveu de forma extremamente concentrada no interregno de alguns meses, quando ela alimentou o ardor revolucionário das massas, mas quando igualmente se esgotou na sua incapacidade de atender as demandas elementares da revolução.

Esta percepção da irrupção do fator humano potencializado pelas condições extremas permite a Gramsci enxergar a legitimidade histórica do Outubro Russo e da

decisão subjetiva dos bolcheviques de dar sentido à intervenção das massas em luta, sem se importarem com os esquemas petrificados de uma teoria que, por monolitizada, rompia na prática com a dialética marxista.

Como não enxergar na passagem seguinte de Utopia uma identidade marcante entre a visão de Gramsci da revolução de Outubro e a teoria da revolução permanente?

A disciplina despótica se liquefez; foi substituída por um período de caos. Os indivíduos tentavam se organizar. Mas como? Como conservar a unidade humana criada no sofrimento? O filisteu dá um passo à frente e responde: a burguesia devia pôr ordem no caos, já que foi sempre isso que aconteceu, já que uma economia patriarcal e feudal é sempre substituída pela economia burguesa e pela Constituição política burguesa. O filisteu não vê salvação fora dos esquemas preestabelecidos, só concebe a história como um organismo natural que passa por momentos fixos e previsíveis de desenvolvimento. Se você planta uma glande, esteja seguro de que dela só poderá nascer um broto de carvalho, que dará frutos somente depois de um certo número de anos. Mas nem a história é um broto de carvalho nem os homens são glandes.

Onde estava na Rússia a burguesia capaz de realizar esta tarefa? E, se seu domínio é uma lei natural, por que essa lei não funcionou. Essa burguesia não apareceu [...] (idem, p. 205-206)

Aqui, Gramsci afronta os que negavam legitimidade objetiva à Revolução de Outubro e, por conseguinte, viam na ação do bolchevismo apenas um golpe de mão, destinado a não perdurar por desrespeitar a sequência histórica lógica, na qual uma sociedade como a russa que não realizara ainda sua etapa democrática, não podia saltar assim, sem licença, à ditadura do proletariado. Seus argumentos, contra a escolástica e o dogma etapista do desenvolvimento histórico, contra a formalização que tomava a situação russa descolada de suas relações com o mercado mundial constituído e esgotado e, portanto, olhando para o proletariado russo como ente isolado do proletariado mundial coincidem com a percepção que Trotsky desenvolvia teoricamente desde o início do século e que se celebrizou como revolução permanente. Mas vale dizer que Gramsci coincidia fundamentalmente com a opinião de que, no curso dos meses que separam o Fevereiro do Outubro russos, se impôs praticamente ao Partido Bolchevique (Teses de Abril) aquilo que Trotsky enxergou como a superação prática das velhas querela teórica, por meio de uma visão de continuidade orgânica entre distintas etapas históricas. Não se tratava, nessa altura, de uma adesão de Gramsci às posições de Trotsky, cujos escritos da época da reação czarista talvez não fossem sequer de seu conhecimento, mas ao bolchevismo cuja doutrina fora a única capaz de se colocar à altura da situação original criada na crise revolucionária russa.

A campanha contra a revolução permanente, em meados dos anos de 1920, era, assim, uma ruptura do aparato dirigente, já sob Stálin, com as Teses de Abril e com todo o arsenal teórico que permitiu aos comunistas russos se colocar à cabeça da Revolução de Outubro. Assim, indiretamente, o aparato stalinista se afastava igualmente das opiniões de Gramsci de Utopia.

### **Americanismo e fordismo: a transição italiana pela lente da Rússia soviética**

Gramsci, como Trotsky, enxergava nos Estados Unidos o ponto mais elevado do desenvolvimento capitalista. Trotsky já tematizava o lugar determinante e dominante do capitalismo estadunidense, bem como o fenômeno da subordinação europeia a ele, em dois discursos de meados dos anos de 1920 enfeixados num volume intitulado *Sobre Europa y Estados Unidos – Dos discursos sobre el imperialismo*:

Al enfrentar esta cuestión chocamos con la figura central de la historia moderna de la humanidad: los Estados Unidos de Norteamérica. Camaradas, quien hoy quiera discutir el destino de Europa o el del proletariado mundial sin tomar en conta el poder y el peso de los Estados Unidos comete el mismo error que el que hace el balance de una empresa sin consultar el patrón. Porque el patrón del mundo capitalista (...) es Nueva York, con Washington como su Departamento de Estado. Isto se evidencia incluso en el plan preparado por los expertos (TROTSKY, 1975, p. 21).

Para Trotsky, nesse sentido, os elementos políticos, técnicos e gerenciais capazes de enfrentar a constituição do mercado mundial, do ponto de vista do capitalismo, só poderiam ser gestados nos Estados Unidos, visto que era o único país que concentrava em si todos os elementos territoriais, populacionais, históricos e econômicos cuja vitalidade podia animar a ordem política adequada ao enfrentamento da estagnação das forças produtivas, o que exigia submeter, primeiro, a Europa e, a seguir, o globo aos imperativos do capital financeiro<sup>14</sup> e das normas de funcionamento do capital tal como se afiguraram na América do Norte.

Um tal movimento pressupunha uma organização da produção capitalista no limite da própria ordem capitalista; uma concentração de forças que, se, de um lado, racionalizaria a atividade a ponto de reduzir dramaticamente os custos de produção, apressaria uma nova crise de sobreprodução e, portanto, uma ainda mais dramática queda na taxa de lucro.

Dessa forma, Trotsky, em sua ânsia de capturar o contraditório do processo ou, o que é o mesmo, de estabelecer as bases materiais do movimento permanente da revolução,

<sup>14</sup> Fusão do capital industrial e do capital bancário, no dizer de Lênin.

enxergava no exemplo norte-americano uma saída que acabava por afirmar, por um lado, a enorme proeminência do imperialismo ianque (que os anos que se seguiram confirmariam sobejamente), e, por outro, o advento do socialismo, único horizonte onde a elevação geral do processo produtivo poderia ser absorvida. As questões concretas da moderna produção industrial no modelo norte-americano remetiam aos problemas estruturais e políticos da passagem ao socialismo. Trotsky, portanto, se distanciava tanto da inação “crítica”, incapaz de ver nos problemas do próprio mundo capitalista algo digno de atenção, quanto da inação reformista que via nos novos métodos produtivos a afirmação de um ressurgimento progressivo de longa duração no seio do sistema capitalista.

Disso resultava, então, que Trotsky visse a questão do americanismo profundamente imbricado com o problema do desenvolvimento da Rússia soviética, com elementos que davam unidade e, portanto, totalidade aos dois casos e, contraditoriamente, como expressões de saídas mutuamente exclusivas. Em *Sobre Europa y Estados Unidos – Dos discursos sobre el imperialismo*, recorda que:

(...) en 1919, conversando con Vladimir Ilich (Lenin) sobre la llegada de Wilson a Europa y el hecho de que toda la prensa burguesa etaba cubierta por un lado con el nombre de Wilson y por ele otro con el de Lenin, dije en chiste: “Lenin y Wilson – estos son los dos principios apocalípticos de la historia moderna” (...) en aquel momento no me daba cuenta de que la historia llenaria este chiste de un vasto contenido (TROTSKY, 1975, p. 55).

Na sua crítica a Trotsky em *Americanismo e Fordismo*, Gramsci deixa entrever a identidade de preocupações entre os dois comunistas. Neste texto, Gramsci observa que o interesse de Trotsky pelas questões do modo de vida e pela literatura e sua atividade política e administrativa, em princípios dos anos de 1920, “estavam menos desconectadas entre si do que poderia parecer” (GRAMSCI, 2007, p. 266), para, nos poucos, mas decisivos parágrafos dedicados ao fundador do Exército Vermelho, generalizar uma refutação de conjunto da elaboração da Oposição de Esquerda. Voltaremos de forma breve ao tema mais adiante.

Gramsci encara o problema do fordismo e do americanismo como questão central e concreta do chão social e econômico onde se desenvolve a luta de classes e, portanto, como questão incontornável da luta pela revolução. Só uma leitura excessivamente parcial e/ou apressada pode ver em *Americanismo e Fordismo* um texto de rendição ao novo industrialismo americano ou de apologia a ele.

A própria referência ao “militarismo” de Trotsky na reorganização da indústria russa revela que, ao discutir os problemas da elevação do poder produtivo da indústria que

se operava nos Estados Unidos, Gramsci tinha em vista a construção da economia soviética, os impactos do fordismo nas relações internacionais dos EUA, em especial com a Europa, e, naturalmente, as condições da luta de classes na Itália fascista.

Não é absolutamente casual que Gramsci principie pela discussão da demografia europeia e italiana como elemento de resistência ao fordismo e ao modo de vida que ele gera (americanismo). Ainda aqui, desdobrando o mesmo ponto de vista já referido na discussão de Utopia, tomando a base ontológica, a produção da vida como produção do homem, Gramsci se concentra nos aspectos subjetivos e políticos. O que leva Secco (2006, p.87) a afirmar que “o que importa a Gramsci é o fordismo como exercício de hegemonia no mundo do trabalho...”. Mas fica claro em *Americanismo e Fordismo* que o fordismo é fruto da grande indústria, ou seja, do progresso material e técnico, da elevação da produção da riqueza, ou seja, do processo de produção do valor, levado ao seu próprio limite.

Começar a discutir pela demografia é o gancho para Gramsci discutir a possibilidade ou não das velhas classes dominantes europeias, em especial as italianas, amoldadas ao arcabouço pseudomoderno do *Risorgimento*, de hegemonizarem um processo de introdução do modelo fordista no continente. A distribuição demográfica italiana, mais do que o acidente histórico era, para Gramsci, uma contingência histórica, produto da permanência (em vista do caráter limitado e incompleto da revolução burguesa) de um traço parasitário e improdutivo que marcará a burguesia italiana.

Esta natureza improdutiva das elites desenhou a vida política do país e se manifesta na ordem estatal marcadamente absorvente e provedora, distinto do Estado liberal desenhado nos EUA e reforçado pelo fordismo. O Estado fascista, de natureza corporativista, longe de romper com estes traços, ao contrário, reforça os elementos parasitários da economia italiana e as classes que a comandam.

A imagem de Nápoles evocada por Gramsci é um demonstrativo de como a demografia expressa a divisão do trabalho ainda primitiva e fortemente centrada numa economia onde a poupança nacional se ancora no subsídio estatal e não no desenvolvimento do aparato produtivo e na elevação da produtividade. Quer dizer, onde a mais-valia segue sendo consumida parasitariamente e não em novas inversões valorativas do capital.

Assim, Gramsci rejeita uma saída para a introdução do fordismo na Itália pelo método corporativo, como se ressalta de sua crítica a Fovel, que, no fundo, propunha uma saída pelo alto com a criação de sindicatos de empresa à italiana, quer dizer, corporações

não sindicais<sup>15</sup>. Tal saída, para Gramsci, seria inviável dado a ausência de uma burguesia empreendedora e o peso do parasitismo na economia italiana. Combatendo Fovel no seu próprio terreno, quer dizer, o terreno burguês, Gramsci explicitará:

A produção de poupança deveria se tornar uma função interna (...) do próprio bloco produtivo, através de um desenvolvimento da produção a custos decrescentes capaz de permitir, além de uma massa maior de mais-valia, salários mais altos, com a consequência de um mercado interno mais amplo, de uma certa poupança operária e de lucros mais elevados (GRAMSCI, 2007, p. 255-256).

É este mesmo raciocínio, ancorado na ideia da incapacidade das classes dominantes de hegemonizar os processos inovadores de forma consequente, que guia o autor na discussão dos problemas relativos à adaptação psicofísica necessária à produção de novo tipo exigido, num mesmo movimento (e este é o ponto!), pela sobrevivência do regime da propriedade privada e pela superação do modo de produção capitalista.

### **Questões do modo de vida: o nexó psicofísico**

Aqui se enfeixam um conjunto de questões que dizem respeito à construção de um novo modo de vida, colocado ao mesmo tempo pelo fordismo, como forma possível de sobrevivência do capitalismo, e pela Revolução Russa, como o outro e oposto “princípio apocalíptico da história moderna”.

Gramsci, na tradição de Marx e Engels não rejeita o princípio da autoridade, quer dizer, não rejeita todas as formas possíveis de divisão do trabalho. Mais uma vez, o decisivo é a luta de classes. É nela que se conformará a natureza de classe da autoridade necessária e adaptada à elevação da produção da riqueza social e é, na luta de classes, que será decidida, no limite, as formas de propriedade e de distribuição das mesmas.

Assim, os problemas da regulação da vida cotidiana, da vida sexual e, em outro plano, a generalização disso tudo na organização política e estatal da sociedade é função da organização da produção.

Ford explicitou isso com todo o aparato que se poderia simbolizar com o entorno da fábrica, com o sistema de inspetoria, com as vilas operárias, com as intervenções na vida doméstica que o celebrizaram. O que essas imagens pitorescas, entretanto, não revelam de imediato é todo o conjunto de estruturas sociais e políticas que se racionalizaram no quadro da racionalização do trabalho fabril. Gramsci retoma as relações que, segundo Marx

---

<sup>15</sup> É preciso lembrar que a introdução do sindicato de empresa, tão marcantemente fordista, nos EUA, resultou da liquidação do sindicato de base territorial, de ofício, e a incorporação na mesma estrutura de empregados e patrões.

sistematizou ao longo de toda a obra e, particularmente, em *O Capital*, que as formas abstratas e parciais da vida social, longe do vazio de determinações que suas imagens empíricas impõem, são complexos significativos só apreensíveis na produção material da existência, sob o capitalismo, na produção de mercadorias. Só nesse sentido, se pode compreender a célebre divisa gramsciana “a hegemonia nasce da fábrica”.

Com efeito, Gramsci considera necessário:

[...] (Cf. os experimentos feitos por Ford e as economias obtidas por suas fábricas através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, economias que influíram sobre os custos de produção, ou seja, que permitiram melhores salários, e menores preços de venda). Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política), e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (Idem, p. 247-248).

Voltando à crítica à militarização da produção que conformaria um suposto programa do trotskismo para a Rússia (retornaremos a esse ponto), cabe observar que, qualquer que seja o juízo sobre essa questão gramsciana, é forçoso reconhecer que o problema do fordismo era, no autor, o mesmo que se colocava na Rússia e, de outro modo, na Itália, a saber: a possibilidade da hegemonia operária como expressão igualmente da organização da produção. O apelo ao fordismo ressalta uma das originalidades de Gramsci em face do sectarismo ou da inação “crítica”: a sede de saber como, a partir da experiência existente sob o capitalismo, se pode colocar em termos práticos, a construção de uma sociedade à imagem e semelhança da classe operária, do mesmo modo que o americanismo se constitui como espelho da organização da produção de valor, nas condições específicas do fordismo.

Vistas as coisas assim, não seria ilícito imaginar que a discussão do fordismo em Gramsci tem como pressuposto o movimento de expropriação dos meios de produção da burguesia, condição *sine qua non* da apropriação pela classe operária de seus meios de existência. Afinal o método de produção fordista traz em si esta contradição: libera poderosas energias produtoras de capital, ao tempo que só pode fazê-lo enquanto radicaliza o processo de expropriação dos meios de existência do operário, abstraindo seu trabalho até o limite, desqualificando-o e parcializando sua atividade. A imagem do automóvel como uma mercadoria de cinco mil componentes nos dá uma ideia deste processo.

Em qualquer caso, Gramsci, como Trotsky, não pode conceber a passagem ao socialismo senão na base da grande indústria a (como diz Trotsky, “força motriz da civilização moderna”, “o único fundamento possível do socialismo”), o que exige não se abster de enfrentar a realidade do americanismo e do fordismo que marcarão a luta do capital para viabilizar sua contínua valorização no contexto da crise permanente de erosão relativa dos mercados em face do obrigatório aumento exponencial de produtividade que marcam a época histórica do imperialismo.

É no quadro, portanto, da luta pela expropriação do capital, um processo, de alguma forma, ininterrupto, que se pode apreciar a possibilidade levantada em *Americanismo e Fordismo* de “um outro fordismo” (SECCO, op. cit., p. 97). Nesse sentido,

Gramsci destaca algo que chama de adaptação psicofísica. Para integrar-se a uma dada organização produtiva, o homem deve criar e/ou adaptar novos comportamentos motores (gestos, automatismos, expressões, percepções, etc) e adquirir uma nova maneira de pensar que ofereça justificativa intrínseca à sua ação. Isto é fundamental para que uma organização produtiva possa se manter. (RUIZ, 2006, p. 34)

A questão é como esse processo se opera numa situação de fronteira histórica, quando enfrentados com os mesmos problemas da elevação da riqueza, mas sob perspectivas opostas, se defrontam “los dos principios apocalipticos de la historia moderna”.

Se Gramsci olha para a Rússia soviética é porque reconhece que um novo nexo psicofísico correspondente a uma solução não-fordista não pode ser função senão da vida reorganizada na base da propriedade coletiva, um novo nexo psicofísico de que derivassem as rígidas metodologias produtivas necessárias: da disciplina à autodisciplina, da coerção à auto coerção, da imposição sobre a consciência à consciência da necessidade da imposição.

O que Gramsci censura na proposta de Trotsky de integrar o aparato sindical ao aparato produtivo, era a “vontade excessivamente resoluto (e, portanto, não racionalizada) de dar supremacia à indústria (...) mediante meios coercitivos extrínsecos”. Apesar de encontrar soluções práticas erradas, Trotsky tinha “preocupações justas”.

Para efeito deste artigo, ressalte-se somente que o novo nexo psicofísico encontrava seu desiderato exatamente na experiência russa, ou seja, não poderia achar seu desenlace no quadro do capitalismo. A coerção exercida pela elite de uma nova classe dominante sobre a própria classe, no interesse da elevação da produção da riqueza social, ou seja, uma auto coerção, não é possível senão no quadro da elevação desta classe exatamente à condição de...classe dominante.

Da mesma forma, se coloca a questão sexual. O puritanismo americano tem, para Gramsci uma relação direta com a necessidade de racionalizar o gasto de energia, poupando as forças necessárias ao trabalho fabril, ainda mais se o sexo recreativo comumente se amalgama com o desregramento alcoólico. O sexo regulado aparece ao mesmo tempo como uma imposição puritana do americanismo, mas também como uma tendência imanente ao trabalho igualmente regulado do industrialismo.

Em todo caso, ainda para efeito dos objetivos deste texto, a classe operária emerge do texto gramsciano como a mais capaz de impor a si mesma a disciplina fabril que o fordismo e o americanismo impõem pela repressão, bem como a “regulamentação” sexual e do entretenimento, em geral.

Ora, mas o incontornável advento do fordismo, no momento em que se coloca na perspectiva de uma regulação capaz de proporcionar um aumento exponencial da produtividade, o faz no quadro da desqualificação contínua do trabalhador, de sua desrealização que se aproxima do paroxismo, de uma negação quase completa do humano. Assim, a resolução dos impasses da produção, que exigem a supressão sempre maior da animalidade, não pode ser um processo de superação do instinto pela razão, ou seja, uma ascendente humanização no quadro da produção da mais-valia.

*Americanismo e Fordismo* se situa, assim, numa dupla perspectiva. Primeiro, em face de uma irreprimível tendência a cair da taxa de lucro, o fordismo (com seu entorno americanista) aparece como uma fuga para frente, numa ofensiva produtiva e política em direção a um incremento sem precedentes no processo de valorização do valor, de elevação inédita da taxa de mais-valia, que, todavia, trazia para cada vez mais próximo o limite do consumo, quer dizer, o limite da realização desta mesma mais-valia. Uma elevação da produtividade que ameaçava interromper o ciclo do capital<sup>16</sup>. Segundo, fora dos EUA, em face das novas necessidades do capital, que, contraditoriamente, colocam a necessidade de ultrapassá-lo, não há uma classe burguesa capaz de produzir um ambiente social e político capaz de se um bastidor adequado para a introdução do fordismo.

O desenvolvimento desigual e combinado do regime capitalista internacional, ao tempo em que coloca os imperativos que fundam o fordismo para todas as nações, não conta com o automatismo que eleve naturalmente a burguesia italiana e seu Estado ao nível

---

<sup>16</sup> Aqui, o lugar que o Estado ocupa sob o fordismo tem toda a sua justificativa: “Neste contexto, analisado por Lênin, de sufocamento das forças produtivas no quadro estreito da propriedade privada (...) e dos estados nacionais, o Estado torna-se um instrumento de intervenção por excelência (...) Os Estados Unidos (...) foram confrontados muito rapidamente com uma crise de sobreprodução de capital que encontrou alívio nos orçamentos militares sempre crescentes que desempenham o papel de pulmão artificial da economia...” (CISE, 2006, p. 149)

destes imperativos. Tal contradição encontra uma possível síntese na ultrapassagem do regime da propriedade privada que encontra seu exemplo nos processos em curso na Rússia soviética.

Aqui também o problema se mostra de maneira dúplice: a introdução do fordismo na Europa e, na Itália, em particular, coloca a questão da ultrapassagem da burguesia como classe dirigente e, no outro lado, só a revolução proletária pode resolver, no âmbito das novas relações de propriedade, os problemas burgueses da elevação da produção numa direção emancipatória.

É lícito constatar que a problemática de *Americanismo e Fordismo* só pode ser situada no contexto da teoria da revolução permanente que Gramsci não reivindica e que, inclusive, em textos da mesma época, refuta com redobrada violência<sup>17</sup>. O que resulta num tema de debate uma vez que dificilmente se pode compreender o interesse de Gramsci pelo americanismo e pelo fordismo fora de uma perspectiva em que os problemas da passagem do socialismo não se enraizassem na discussão dos temas propriamente da sociedade burguesa e que estes, por outro lado, não constituíssem as determinações concretas daqueles.

Como Trotsky indica, a teoria da revolução permanente não ultrapassa abstratamente as questões nacionais e democráticas, mas as coloca no horizonte imposto pela estagnação do capitalismo em sua etapa imperialista, o horizonte do socialismo. Fora dessa abordagem, como entender a justa assertiva gramsciana abaixo?

Na realidade, o pessoal operário italiano, nem como indivíduo nem como sindicato, nem ativo nem passivamente, se opôs jamais às inovações tendentes a uma diminuição de custos, à racionalização do trabalho, à introdução dos automatismos mais perfeitos e das mais perfeitas organizações técnicas do aparato do empresário (...) Na Itália (...) por mínima e tímida que fosse cada tentativa de fazer da fábrica um centro de organização sindical (...) foi asperamente combatida e liquidada energeticamente. Uma análise cuidadosa da história italiana antes de 1922 e também de 1926, que não se deixe alucinar pelo carnaval exterior, mas que saiba extrair os motivos profundos do movimento operário, deve chegar à conclusão objetiva de que foram justamente os operários os portadores de novas e mais modernas exigências industriais que, ao seu modo, proclamaram com energia. (GRAMSCI, 2007, p. 280).

Ademais, Gramsci explicita o caráter dinâmico de sua formulação, soterrando qualquer nuance etapista e, ao mesmo tempo, qualquer solução literária ou puramente doutrinária no que diz respeito às contradições que o fordismo e o americanismo portam:

<sup>17</sup> Cf. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno (GRAMSCI, 1987), especialmente os tópicos Internacionalismo e Política Nacional e Luta Política e Guerra Militar.

“o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de se chegar à organização de uma economia programática (...) a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática [...] (Idem, p. 242).<sup>18</sup>

## Conclusão

Evidentemente, não se pretendeu aqui sequer iniciar com a profundidade necessária o debate indicado. Aqui o objetivo foi simplesmente apontar alguns trechos das obras de Gramsci que, ao nosso ver, desaguam no tema da revolução permanente e fazer algumas observações, com objetivo puramente provocativo.

A objeção de Gramsci a Trotsky em *Americanismo e Fordismo* é mais reveladora no que ela diz acerca das consequências da política do último em 1921, do que no juízo feito acerca dos métodos militares aplicados à indústria.

Deve-se observar, entretanto, que Gramsci parece dar ao tema da militarização do trabalho uma dimensão que ela não teve à época do debate no PC russo, entre seu 9º e 10º congressos, de 1919 a 1920. De fato, o ríspido debate sobre o tema travado entre Trotsky e Lênin, neste período, caiu no esquecimento, sendo ressuscitado apenas quando da cruzada da equipe de Stálin contra o trotskismo. Em sua autobiografia, Trotsky (1978) reconhece que suas posições sobre o assunto (que ele tampouco elevou a estatuto doutrinário) partiam muito mais de considerações relativas à crise econômica que se anunciava, e que de fato se efetivou nos anos que se seguiram<sup>19</sup>. A estatização dos sindicatos e a inclusão da disciplina militar no trabalho, que Trotsky trazia da administração das ferrovias, que exerceu por breve período, estavam em função do comunismo de guerra: “No sistema do comunismo de guerra, no qual todos os recursos, (...) eram nacionalizados e distribuídos segundo indicações do Estado, eu não via lugar para função independente dos sindicatos” (TROTSKY, 1978, p. 388).

Evidentemente, Trotsky, nessa citação, reduz excessivamente a importância do problema, cuja verdadeira dimensão Lênin (1975) compreendeu, o que o levou a uma áspera polêmica com o organizador do Exército Vermelho. Mas, na mesma obra, Trotsky lembra que esta discussão não se dava em abstrato, mas num contexto em que, em face da guerra civil, toda atividade pública estava, até certo ponto, militarizada, independentemente

<sup>18</sup> Como observam Carlos Nelson Coutinho e Luís Sérgio Henriques nas Notas ao Texto do Vol. 4 dos Cadernos do Cárcere: “com a expressão ‘economia programática’, Gramsci se refere provavelmente ao planejamento socialista da economia, tal como vinha sendo compreendido na União Soviética”. Com efeito, outras traduções vertem a expressão diretamente para “economia planificada”.

<sup>19</sup> E que esteve na base da adoção da Nova Política Econômica (NEP).

de suas opiniões. Dificilmente se pode enxergar na militarização do trabalho, como quer Gramsci, uma tentativa de achar uma base empírica artificial para justificar a teoria da revolução permanente.

O que considero mais revelador do posicionamento de Gramsci em relação à revolução permanente e a Trotsky é a consequência que ele extrai do que considera uma saída “profundamente errada”, a militarização do trabalho. Para Gramsci, uma tal proposta

Dada a exposição geral de todos os problemas ligados à tendência<sup>20</sup>, esta deveria desembocar necessariamente numa forma de bonapartismo, e, portanto, na necessidade de despedaçá-la inexoravelmente. As suas<sup>21</sup> preocupações eram justas, mas as soluções práticas estavam profundamente erradas; neste desequilíbrio entre teoria e prática residia o perigo, que, por outro lado, já se havia manifestado em 1921 (GRAMSCI, 2007, p. 265).

Note-se que, nesse ponto do parágrafo, Gramsci extrapola a crítica ao trabalho militarizado em si e prolonga sua crítica acreditando que a posição da “tendência Leão Davidovidi” nada tinha de pontual, mas trazia essencialmente o gérmen do bonapartismo e que, por isso, seria necessário “despedaçá-la inexoravelmente”.

Nesse ponto, não se trata apenas da crítica ao trabalho militarizado proposto por Trotsky em 1921. Gramsci se refere a um perigo bonapartista contemporâneo e que já se manifestara na polêmica de 1921. Para Gramsci, as tendências bonapartistas anunciadas na questão dos sindicatos se confirmaram com o tempo, o que justificaria o “despedaçamento” da tendência que lhe era portadora.

Só de passagem, note-se a ironia histórica dessa ilação, às vésperas do primeiro processo de Moscou que coroaria o bonapartismo stalinista e que, ironia das ironias, começara a ser erigido exatamente no “despedaçamento inexorável” da “tendência Bronstein” na Rússia que, já em 1934, Gramsci considerava necessário. Independentemente do juízo acerca das intenções de Gramsci, esta assertiva cumpria perfeitamente o papel de justificativa da perseguição e liquidação da Oposição russa levada a cabo pelo aparelho do Kremlin sob Stálin.

A resposta mais fácil, mas muito incompleta e parcial, é a de que Gramsci estava isolado nas prisões fascistas e não tinha condições de ter uma apreciação precisa nem do desembocar da luta interna no comunismo internacional nem do destino que, a esta altura, já se impunha à URSS pela tendência Stálin. Mas nos parece que essa resposta é insuficiente e que se deve buscar o entendimento dessa passagem de *Americanismo e Fordismo* nas disparidades entre o italiano e o russo no que diz respeito à teoria da revolução.

---

<sup>20</sup> De Trotsky.

<sup>21</sup> Idem.

O paradoxo que nos assalta aqui reside no fato de que a orientação de Gramsci, sobretudo ao longo dos anos 1920 (mas que transparece ainda em cores vivas, como vimos, em *Americanismo e Fordismo*) coincidiu em vários aspectos com a teoria da revolução permanente, enquanto suas teorizações acerca da natureza da revolução, de forma explícita nos textos carcerários, se chocam violentamente com esta teoria.

Este paradoxo nos abre um amplo campo de pesquisa.

## Referências

- CISE, Pierre. Notas sobre o neoliberalismo. In: **A Verdade** nº 147, março de 2006. São Paulo: Corrente O Trabalho do PT (Seção Brasileira da IV Internacional), 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Americanismo e Fordismo**. In: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LÊNIN, V. I. **Teses de Abril**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**, Vol. I. Lisboa e Moscou: Edições “Avante!”, Edições Progresso, 1982.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- RUIZ, Erasmo M. **Freud no “Divã” do Cárcere: Gramsci Analisa a Psicanálise**. Campinas: Autores Associados, 1988.
- TROTSKY, Leon. **Sobre Europa y Estados Unidos – Dos discursos sobre el imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Pluma, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Minha Vida**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução Permanente**. 2ª Ed. São Paulo: Kairós, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução de 1905**. São Paulo: Global, s/d.
- SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

*Recebido em: 14/02/2019*

*Aceito em: 19/05/2019.*

*Publicado online em: 26/04/2020*

